

Encontro de aposentados em ritmo de São João

Imagem da Internet

Dando continuidade a sua política de aproximação com a base, o Sindsep/MA através da secretaria de aposentados e pensionistas irá receber nossos filiados em mais um encontro mensal de aposentados que acontece hoje a partir das 14 horas.

Por conta do período junino o encontro desse mês tem como tema o São João e teremos a apresentação do Boi Novilho de Luz da Universidade da Terceira Idade (UNITI), formado somente por brincantes da melhor idade.

“Todos os meses nós realizamos o encontro dos aposentados, mas no mês de junho já se tornou tradição transformarmos nosso evento em uma tarde de arraial, com a apresentação de brincadeiras juninas e a distribuição de mingau de milho a todos os partici-



pantes”, disse Raimundo Soares, diretor da secretaria de aposentados e pensionistas do Sindsep/MA.

Os encontros mensais de aposentados tem sido uma ferramenta muito importante para a interação entre a direção do sindicato e sua Base de aposentados e pensionistas. Todo mês é escolhido um tema para ser discutido com

os participantes durante o encontro.

“Precisamos valorizar nossos aposentados e incentivá-los a continuar ativos e participantes. Para tanto, buscamos parcerias para a realização de palestras e outros eventos que aumentem o seu conhecimento de mundo”, disse Cleonice Rocha, presidenta em exercício.

CUT organiza seminário sobre financiamento sindical

Sete meses após o fim do imposto sindical, um dos itens da nova legislação trabalhista articulada por setores do empresariado que financiaram o golpe de 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, legitimamente eleita por mais de 54 milhões de votos, sindicatos de todo País têm conseguido liminares na Justiça para manter a contribuição, que é uma forma de manter a luta das entidades que representam os trabalhadores. Mas, muitos ainda lutam pela sobrevivência, já que o cenário dado é o de desmonte de entidades, como queria o capital.

Para tratar do financiamento sindical após a ‘reforma’ trabalhista, a CUT realiza no ABC um seminário no próximo dia 3 de julho, às 9h, na

sede do Sindicato dos Rodoviários do ABC, que fica na rua Santo André, 435, na Vila Assunção, em Santo André.

Para debater o tema, estão confirmadas as presenças do consultor jurídico, advogado e procurador regional do Trabalho aposentado, Raimundo Simão de Melo; da advogada e especialista em Direito do Trabalho, Elaine D’Ávila Coelho; do advogado e coordenador jurídico do Sindicato dos Rodoviários do ABC, José Valdemar Romaldini Júnior; e do presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Carlos da Silva Dias.

Eles relatarão experiências no movimento sindical que podem servir como alternativa diante do atual con-

texto de mudança da legislação trabalhista no qual, aponta o coordenador da subsede da CUT no ABC, José Freire, as empresas jogam contra o movimento sindical e se aproveitam do momento para fazer disputa, tirando direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

“É importante que a classe trabalhadora perceba o que está acontecendo e entenda que cada empresa tem uma realidade diferente. Toda a pressão que temos sofrido tem como objetivo final a desestruturação do movimento sindical, que representa importante instrumento de luta da classe trabalhadora, seja na construção de greves e paralisações ou na conquista de acordos coletivos”, destaca.

Horário de funcionamento do Sindsep/MA

A Diretoria do Sindsep/MA informa aos seus filiados, colaboradores e funcionários que, em função dos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol, o expediente será alterado.

No próximo dia 22, quando será realizado o jogo entre Brasil e Costa Rica, às 9h da manhã, o expediente acontecerá apenas no período da tarde.

Já no dia 27, dia da partida entre Brasil e Sérvia, às 15h, o expediente será encerrado ao meio dia.





Após quatro anos, só uma meta do Plano Nacional de Educação foi cumprida

Após quatro anos de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), apenas uma meta proposta foi cumprida integralmente dentro do prazo, e 30% das demais estão em andamento. O balanço, divulgado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, mostra um cenário insatisfatório, além de apontar um futuro sombrio para o setor, com a Emenda Constitucional 95, conhecida como PEC do Teto – aprovada às pressas em 2016 pelo governo de Michel Temer (MDB), a PEC limita investimentos em áreas estratégicas do país, como educação, por 20 anos.

O atraso já nos anos iniciais no cumprimento do programa, que reúne ações para a educação de 2014 a 2024, pode implicar no fracasso da lei (13.005/2014), sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). “Isso acontece porque o Plano foi organizado como uma agenda progressiva e significa que os seus dispositivos estão dispostos em um cronograma de cumprimento, com tarefas distribuídas para cada um dos dez anos. Se uma tarefa agendada para 2015 não for feita, ela prejudica o cumprimento de outra agendada para 2016”, explica o coordenador geral da Campanha, Daniel Cara.

A preocupação com o cumprimento do PNE, bem como a divulgação do estudo da campanha, que teve como parceiro o Laboratório de Dados Educacionais, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), vem no conjunto de críticas realizadas pela Semana de Ação Mundial (SAM), que começou na segunda-feira (4), e busca pressionar o poder público a rever o corte de investimentos na área e conscientizar a população sobre a necessidade do plano. “Uma preocupação trazida pela SAM e que impacta decisivamente na implementação do PNE é a Emenda Constitucional 95”, diz a campanha.

“Ela estabelece um novo regime tributário e determina que nenhum investimento em áreas sociais poderá exceder o reajuste inflacionário por 20 anos. O investimento de novos recursos na construção de escolas, pré-escolas, creches, para melhorar as universidades públicas, os estabelecimentos de ensino básico ou os salários dos professores está em risco”, completa a entidade, que alerta também para o fato de que, de acordo com a política adotada pela gestão Temer, a educação deixa de ser prioridade no país para ser considerada simplesmente um gasto da União.

Metas em destaque

A única meta cumprida tem relação ao sistema de acompanhamento do plano, por meio de estudos elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Mesmo publicado o estudo, que contém informações de cada estado da Federação, ele ainda é alvo de críticas. “Ele não apresenta dados desagregados por investimento por ente federativo. Esse dado é essencial, pois, dados sobre investimento estatal em educação revelam como foram os gastos federais diretos em educação nos últimos anos, mostrando que o governo não tem feito sua parte”, afirma a Campanha.

Já entre as metas não cumpridas, é possível destacar mesmo a ausência de estrutura para execução do plano. “Não há um monitoramento adequado dessas informações por parte dos órgãos responsáveis. Ainda com a Emenda 95, e com a não implementação de dispositivos de qualidade e financiamento do PNE, a oferta de educação inclusiva de qualidade está prejudicada”, disse a coordenadora de políticas educacionais da SAM, Andressa Pellanda.

Escrito por: Redação